

A "ilha da fantasia" da entourage cortesã

ESTADO DE SÃO PAULO

26 ABR 1987

Editorial

Anc p3

O constituinte Guilherme Afif Domingos constata, em entrevista exclusiva ao Estado, publicada no último dia 17, que existe um clima de Corte em Brasília, criado pela *entourage* que cerca o Congresso Nacional. Esse clima é o maior responsável pela dificuldade dos parlamentares em saber o que se passa no seio da sociedade. Segundo o diagnóstico do deputado federal, eleito pelo PL em São Paulo, o próprio regulamento que rege os trabalhos do Congresso Constituinte serve de obstáculo para que os temas relevantes, de interesse coletivo, sejam debatidos num plenário eleito especialmente para servir de foro a tal discussão.

A palavra do parlamentar, com a força que lhe dão 508.931 eleitores, levanta o véu sobre o problema realmente substantivo da política brasileira. As elites políticas, que comandam o processo de representação popular na República brasileira, preferem discutir o regime de governo e investem na falácia parlamentarista numa busca desesperada de paliativos para crises de natureza conjuntural. Ou então elegem temas que também são importantes, como a questão da concentração e centralização de poderes por um grupo restrito. Mas, seja como for, evitam tocar no ponto nevrálgico, nas feridas fundamentais pelas quais sangra a democracia no Brasil: a distância

real entre o aparelho estatal e a Nação e a conseqüente desinformação dos representantes sobre os interesses dos representados, que teoricamente têm obrigação de defender.

Não se conhece, na prática da vida humana em grupos, um sistema político que proporcione uma mais justa divisão de poder do que a democracia representativa. Mas o sistema representativo no Brasil tem apresentado defeitos, que se diria "de fabricação", e urge ser corrigidos, para se resolver o problema de fundo, ou seja, a crise institucional, responsável por tantos males, entre os quais a condenável fragilidade de nossas tentativas de democracia. De nada adiantarão os dispositivos anti-golpe, engendrados pela imaginação parlamentar civil, se o País não conseguir solidificar suas instituições a partir da base e dificilmente esse trabalho de engenharia institucional terá sucesso se não começar por um "banho" de realidade, que livre os representantes do povo da ignorância em relação a tudo quanto se passa no meio da Nação, que, em teoria, pretendem representar.

Há uma crise, enraizada na falta de legitimidade no desempenho da atual administração federal, mas essa crise ainda não penetrou nos labirintos onde o arquiteto Oscar Niemeyer enclausurou as casas de representação do povo na praça dos Três

Poderes, na já isolada por si só Capital Federal, construída sobre o árido Planalto Central. Há uma verdadeira rebelião popular contra a voracidade do Fisco naquele segmento que Guilherme Afif Domingos qualifica de "Brasil real", mas as ondas da indignação da sociedade pouco reverberam nas capitais estaduais e praticamente não repercutem nos núcleos de decisão política instalados na mesma praça, em cujo centro se plantou o Congresso. Basta ler a entrevista que o deputado deu ao Estado para se chegar à trágica conclusão de que, neste exato momento, 559 homens estão redigindo a Constituição, que ditará as normas fundamentais da vida desta República, sem saber exatamente as necessidades e os anseios da sociedade que vive nela e gera sua riqueza, parte da qual o Estado absorve, sem piedade e sem cerimônia.

Há muito que construir nesta República, ciclicamente atingida pelos tuífos casuísticos dos regimes autoritários. A base para o edifício institucional, única sede legítima de uma democracia representativa realmente digna dessa denominação, é um sistema de comunicação, livre de "ruídos", entre a sociedade representada e a elite política representante. Tal como descrita por um de seus mais lúcidos integrantes, essa elite habita, no momento, uma espécie de

"ilha da fantasia", cujo custo político é excessivo para um país pobre, até de tradições democráticas, como é o Brasil.

O deputado paulista manifesta a esperança de que os temas realmente relevantes à sociedade entrem em pauta na discussão dos constituintes agora, quando começam a funcionar as subcomissões encarregadas de tirar do zero nossa nova Constituição. Essa esperança se baseia no fato de que 62% dos constituintes estão entrando no Congresso pela primeira vez e que, por isso, ainda estão muito impregnados da realidade de suas bases e não foram completamente envolvidos pela *entourage* cortesã, que confecciona o cinturão da desinformação em torno do Congresso. A Nação tem que cobrar desses constituintes uma ligação mais duradoura e permanente entre seus desejos e as providências concretas que eles tomarão ao redigir a nova Constituição. Se a esperança de Guilherme Afif Domingos se concretizar, tanto melhor. Se não, infelizmente, corremos o risco de ter uma Constituição fictícia e, como vivemos no Brasil real e não na "ilha da fantasia", que a imaginação da *entourage* cortesã edificou, poderá ser condenada à efemeridade, como tantos outros textos artificiais redigidos por tantos outros constituintes nos 97 anos de vida desta República.